

Litel Participações S.A.

CNPJ nº 00.743.065/0001-27

Relatório da Administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma
 Senhores Acionistas, Nos termos das disposições legais e estatutárias, a Administração da Litel Participações S.A. ("Litel" ou "Companhia") submete à apreciação dos Senhores e relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. **Perfil corporativo:** A Litel Participações S.A. ("Litel" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), foi constituída em 21 de julho de 1995 e tem por objetivo a participação, sob qualquer forma, no capital de outras sociedades civis ou comerciais com sede no Brasil ou no exterior, como sócia, cotista ou acionista, quaisquer que sejam os objetos sociais. A Companhia possui participação direta na Vale S.A. ("Vale"). A Vale é uma sociedade anônima de capital aberto com seus títulos negociados nas bolsas de São Paulo – B3 (Vale3) e Nova York – NYSE (VALE). A Vale e suas controladas diretas e indiretas têm como atividade preponderante a pesquisa, produção e comercialização de minério de ferro e pelotas, níquel, cobre, carvão, manganês, ferro-ligas, cobalto, metais do grupo de platina e metais preciosos. As operações da Vale, constantes nas suas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, já foram divulgadas ao mercado e podem ser obtidas em www.vale.com.br por meio da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br). A Companhia foi signatária do Acordo de Acionistas da Vale ("Acordo") firmado em 14 de agosto de 2017, com vigência até 9 de novembro de 2020, o qual estabelece as condições que regem os direitos e obrigações decorrentes da condição de acionista da Vale, e regulava, por exemplo, o exercício do direito de voto, a indicação de membros ao Conselho de Administração e Diretoria da Vale, assim como, o direito de preferência. Em razão deste Acordo, as decisões relevantes eram compartilhadas e tomadas em conjunto com as partes. **Aspectos econômicos e financeiros:** Como empresa de participação ("holding"), a Litel tem suas receitas operacionais originadas, basicamente, da equivalência patrimonial, mensurada conforme sua participação no patrimônio líquido de Vale, que no exercício de 2021 totalizou R\$ 1.874.476 (R\$ 389.670 em 2020). **Recita financeira:** No exercício de 2021, a Litel registrou receita financeira de R\$ 4.702 (R\$ 4.390 em 2020), composta, basicamente, por rendimento de aplicações financeiras e juros Selic incidentes sobre créditos tributários. **Despesas administrativas:** No exercício de 2021, as despesas administrativas somaram R\$ 8.686 (R\$ 9.906 em 2020), devido, principalmente, à contratação de serviços de consultoria jurídica e financeira, despesas com publicações legais e outras despesas destinadas à manutenção das atividades da Companhia. Também estão classificados nesse grupo os tributos incidentes sobre os juros sobre capital próprio ("JCP") deliberados pela Vale nos exercícios. As atividades da Litel são realizadas por seus diretores, não havendo funcionários contratados. **Lucro líquido do exercício:** O lucro líquido da Litel, ao final do exercício 2021, totalizou R\$ 1.941.403 (R\$ 369.396 em 2020), correspondente ao resultado por ação ordinária de R\$ 9,01 (R\$ 1,71 em 2020) básico e diluído. **Remuneração dos acionistas:** A Política Indicativa de remuneração atrelada aos acionistas assegura a previsibilidade quanto ao recebimento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio calculados em 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 20 da Lei nº 6.404/76, conforme disposto no artigo 28 do estatuto social da Companhia. A Administração deliberou dividendos relativos à reversão de sua reserva de lucros

a realizar no montante de R\$ 68.220, à reversão de sua reserva especial de dividendos não distribuídos no montante de R\$ 308.162 e à antecipação do lucro do exercício social de 2021, no montante de R\$ 425.838. A Administração deliberou juros sobre capital próprio relativos à antecipação do lucro do exercício social de 2021, no montante de R\$ 52.500. Além disso, a Administração também está propondo a deliberação de dividendos adicionais, no montante de R\$ 273.292, a ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária. Deste modo, a distribuição dos resultados do exercício de 2021 é conforme segue:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	1.941.403	369.396
Efeito reflexo do investimento	(53.117)	(68.015)
Base de distribuição de proventos	1.888.286	301.381
Juros sobre capital próprio deliberados em RCA (*)	52.500	-
Dividendos intermediários deliberados em RCA (*)	425.838	-
Dividendos adicionais propostos	273.292	-
Total proposto	751.630	-
Percentual da distribuição proposta em relação ao lucro líquido do exercício	39,80%	-

(*) Referem-se à destinação dos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício. **Auditores independentes:** Nos termos da Instrução CVM nº 381/2003, informamos que os nossos auditores independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., não prestaram em 2021 quaisquer outros serviços não relacionados à auditoria das demonstrações financeiras da Litel. Rio de Janeiro, 30 de março de 2022.

Balancos Patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Nota	2021	2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.931	9.572
Títulos e valores mobiliários	6	-	65.651
Tributos a recuperar	7	8.447	12.646
Dividendos e juros sobre o capital próprio	8	-	92.514
Total do circulante		14.378	180.383
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	6	57.872	-
Tributos a recuperar	7	30.427	12.675
Investimento em coligada	8	2.975.017	2.710.130
Ágio do Investimento	8	27.341	27.341
Total do não circulante		3.090.657	2.750.146
Total do ativo		3.105.035	2.930.529
Passivo			
Circulante			
Dividendos e juros sobre o capital próprio	11	9.500	92.349
Debêntures	9	-	661
Tributos e contribuições a pagar	10	54	22
Outras contas a pagar	-	171	256
Total do circulante		9.725	93.288
Não Circulante			
Debêntures	9	-	148.599
Total do não circulante		-	148.599
Total do passivo		9.725	241.887
Patrimônio líquido	11		
Capital social		21.844	21.844
Ajustes de avaliação patrimonial		406.196	1.033.094
Reservas de lucros		2.667.270	1.633.704
Total do patrimônio líquido		3.095.310	2.688.642
Total do passivo e patrimônio líquido		3.105.035	2.930.529

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados

	Nota	2021	2020
Receitas (despesas) operacionais			
Administativas	12	(8.886)	(9.906)
Resultado de participações societárias em coligadas	8	1.874.476	389.670
Resultado de variação do percentual de participação societária	8	74.097	(507)
Despesa de captação pela emissão de debêntures	9	(1.427)	(753)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		1.938.260	378.504
Receitas financeiras	13	4.702	4.390
Despesas financeiras	13	(1.559)	(13.498)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.941.403	369.396
Imposto de renda e contribuição social	14	-	-
Lucro líquido do exercício		1.941.403	369.396
Lucro por ações do capital social – Básico e diluído – Em R\$		9,00902	1,71417

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

1 Contexto operacional: A Litel Participações S.A. ("Litel" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), foi constituída em 21 de julho de 1995 e tem por objetivo a participação, sob qualquer forma, no capital de outras sociedades civis ou comerciais com sede no Brasil ou no exterior, como sócia, cotista ou acionista, quaisquer que sejam os objetos sociais. A Companhia possui participação de forma direta na Vale S.A. ("Vale"), que é uma sociedade anônima de capital aberto com seus títulos negociados nas bolsas de São Paulo – B3 (Vale3) e Nova York – NYSE (VALE). A Vale e suas controladas diretas e indiretas têm como atividade preponderante a pesquisa, produção e comercialização de minério de ferro e pelotas, níquel, cobre, carvão, manganês, ferro-ligas, cobalto, metais do grupo de platina e metais preciosos. A Companhia foi signatária do Acordo de Acionistas da Vale ("Acordo") firmado em 14 de agosto de 2017, com vigência até 9 de novembro de 2020, o qual estabelece as condições que regem os direitos e obrigações decorrentes da condição de acionista da Vale, e regulava, por exemplo, o exercício do direito de voto, a indicação de membros ao Conselho de Administração e Diretoria da Vale, assim como, o direito de preferência. Em razão deste Acordo, as decisões relevantes eram compartilhadas e tomadas em conjunto com as partes. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria e Conselho de Administração da Companhia em 30 de março de 2022. **2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **2.1 Base de apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Estas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente essas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. **Julgamentos contábeis críticos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o exercício de julgamento por parte da Administração na aplicação das políticas contábeis da Companhia. Esses julgamentos são baseados na experiência, conhecimento e interpretação dos fatos e circunstâncias existentes e conhecidos na data do balanço e outros fatores. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão desses julgamentos. O item que requer maior nível de julgamento e tem maior complexidade está divulgado na nota explicativa nº 2.7. **2.2 Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual as empresas atuam ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação. **2.3 Ativos financeiros - a. Classificação:** A classificação de ativos financeiros depende da finalidade para a qual tais ativos foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **b. Ativos financeiros ao custo amortizado:** São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo e, são classificados segundo os preceitos do pronunciamento IFRS 9/ CPC 48 – Instrumentos Financeiros. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). **c. Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. **d. Compensação de instrumentos financeiros:** - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4 Impairment de ativos:** - A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desse o

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Em milhares de reais

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva especial de lucros distribuídos	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	21.844	4.369	1.096.426	308.162	-	795.788	369.396	2.226.589
Outros resultados abrangentes:								
Movimento reflexo do investimento						237.306		237.306
Destinação do resultado do exercício:								
Juros sobre capital próprio deliberados				(52.300)			(24.900)	(77.200)
Dividendos complementares ao mínimo obrigatório							(67.449)	(67.449)
Constituição de reservas							(277.047)	(277.047)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	21.844	4.369	1.321.173	308.162	-	1.033.094	1.941.403	2.688.642
Outros resultados abrangentes:								
Movimento reflexo do investimento						(626.898)		(626.898)
Destinação do resultado do exercício:								
Juros sobre capital próprio deliberados				(68.220)	(308.162)		(52.500)	(52.500)
Dividendos intermediários deliberados							(425.838)	(425.838)
Dividendos adicionais propostos							(273.292)	(273.292)
Constituição de reservas							(1.136.656)	(1.136.656)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	21.844	4.369	2.389.609	-	273.292	406.196	3.095.310	3.095.310

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	1.941.403	369.396
Outros resultados abrangentes reflexos:		
Movimento reflexo do investimento	(626.898)	237.306
Total do resultado abrangente	1.314.505	606.702

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado

	2021	2020
Insumos adquiridos de terceiros	(3.101)	(3.002)
Serviços contratados	(3.101)	(3.002)
Valor adicionado líquido	(3.101)	(3.002)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do fluxo de caixa

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	1.941.403	369.396
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício		
Resultado de equivalência patrimonial	(1.874.476)	(389.670)
Resultado de variação de percentual de participação societária	(74.097)	(507)
Juros e variações monetárias	(9.807)	(8.566)
Variáveis nos ativos e passivos		
Tributos a recuperar	(3.593)	5.164
Tributos e contribuições a pagar	11.523	(9.135)
Outras provisões	(84)	107
Custo de transação das debêntures	1.407	602
Imposto de renda e contribuição social pagos	9.253	(3.282)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(12.040)	(42.653)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	1.086.804	270.124
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(10.479)	(37.941)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	1.076.325	232.183
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(937.568)	(58.800)
Debêntures pagas	(151.311)	(318.685)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(1.088.880)	(377.485)
Redução do caixa e equivalentes no exercício	(3.641)	(187.955)
Caixa e equivalentes no início do exercício	9.572	197.527
Caixa e equivalentes no final do exercício	5.931	9.572

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Disponibilidades

	2021	2020
Disponibilidades	4	3
CDB de aplicação automática	5.927	5.569
Total	5.931	5.572

A Companhia possui uma política de investimentos que determina que suas aplicações de recursos se concentrem em títulos de renda fixa. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as aplicações foram remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Os recursos da Companhia estão aplicados em Certificado de Depósito Bancário (CDB), emitido pelo Banco do Brasil S.A., que possui rentabilidade de 96% do CDI (97% do CDI em 2020) e liquidez imediata. **6 Títulos e valores mobiliários:** O saldo de Títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 57.872 (R\$ 65.651 em 2020) e vencimento em maio de 2021, está relacionado à aplicação em Certificado de Depósito Bancário - CDB do Banco Safra, remunerado a 106,50% do CDI em ambos os exercícios, com vencimento em junho de 2023. **7 Tributos a recuperar:**

	2021	2020
IRPJ e CSLL	37.385	14.159
IRRF sobre recebimentos de JCP	934	10.109
IRRF sobre aplicações financeiras	552	1.053
Total	38.874	25.321

A Companhia envia regularmente à Receita Federal requerimentos via Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP), solicitando as restituições dos créditos de Imposto de Renda e de Contribuição Social pagas a maior e não utilizadas para a compensação dos tributos correntes. **8 Investimentos:**

	2021	2020
Base de aplicação automática	5.927	5.569
Total	5.931	5.572
Ativo circulante	8.447	12.646
Ativo não circulante	30.427	12.675
Total	38.874	25.321

A Companhia envia regularmente à Receita Federal requerimentos via Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP), solicitando as restituições dos créditos de Imposto de Renda e de Contribuição Social pagas a maior e não utilizadas para a compensação dos tributos correntes. **8 Investimentos:**

	2021	2020
Base de aplicação automática	5.927	5.569
Total	5.931	5.572
Ativo circulante	8.447	12.646
Ativo não circulante	30.427	12.675
Total	38.874	25.321

A Companhia envia regularmente à Receita Federal requerimentos via Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP), solicitando as restituições dos créditos de Imposto de Renda e de Contribuição Social pagas a maior e não utilizadas para a compensação dos tributos correntes. **8 Investimentos:**

	2021	2020
Base de aplicação automática	5.927	5.569
Total	5.931	5.572
Ativo circulante	8.447	12.646
Ativo não circulante	30.427	12.675
Total	38.874	25.321

A Companhia envia regularmente à Receita Federal requerimentos via Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP), solicitando as restituições dos créditos de Imposto de Renda e de Contribuição Social pagas a maior e não utilizadas para a compensação dos tributos correntes. **8 Investimentos:**

	2021	2020
Base de aplicação automática	5.927	5.569
Total	5.931	5.572
Ativo circulante	8.447	12.646
Ativo não circulante	30.427	12.675
Total	38.874	25.321

A Companhia envia regularmente à Receita Federal requerimentos via Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP), solicitando as restituições dos créditos de Imposto de Renda e de Contribuição Social pagas a maior e não utilizadas para a compensação dos tributos correntes. **8 Investimentos:**

	2021	2020
Base		

Litel Participações S.A.

CNPJ nº 00.743.065/0001-27

ocorrida em 2021, de 0,087500% (-0,000463% em 2020), oriunda dos programas de recompra e cancelamento de ações ordinárias da Vale, gerou um ganho de R\$ 74.097 (resultado de R\$ 507 em 2020), que foi reconhecido no resultado do exercício como resultado de variação do percentual de participação societária. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.7, apesar do término do acordo de acionistas, o investimento na Vale segue sendo avaliado pelo método de equivalência patrimonial. Apenas para fins informativos, o valor justo do investimento, utilizando como referência o preço das ações ordinárias da Vale negociadas na B3 (Vale3) no fechamento de 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 5.833.930.

(j) Transações relevantes da Vale - Considerando que a participação que a Companhia possui na Vale é seu principal ativo, julgamos relevante destacar os eventos e transações que impactaram o Balanço Patrimonial, os Fluxos de Caixa e o Resultado da Vale, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Esta nota explicativa está apresentada em milhões de Reais. Em razão do rompimento da barragem de Brumadinho, ocorrida em 25 de janeiro de 2019, a Vale ainda mantém registrado em seu balanço provisões para descaracterização de barragens, acordos firmados e indenizações. Essas provisões são reavaliadas pela Vale quando necessário em razão de novas informações e circunstâncias. Em 31 de dezembro de 2021, o valor de adições nessas provisões impactou o resultado da Vale no montante de R\$ 14.379 (R\$ 27.016 em 2020). **Operação descontinuada (segmento de carvão)** - Como parte da agenda estratégica de mineração sustentável, em 2021, a Vale adquiriu participação de minoritário na mina de carvão em Mogambique e do controle acionário do Corredor Logístico de Nacala. Esses passos de reorganização societária permitiram que, em dezembro de 2021, fosse celebrado acordo vinculante com a Vulcan Minerals ("Vulcan") para a venda da participação nos ativos de carvão e logística. Com isso, o segmento passou a ser apresentado como operação descontinuada nas demonstrações financeiras da Vale e perdas por *impairment* no valor de R\$ 17.178 foram reconhecidas ao longo do exercício de 2021 como "Redução ao valor recuperável e baixas de ativos não circulantes" na demonstração do resultado de operações descontinuadas. **Ajustes acumulados de conversão** - Durante o exercício de 2021, a Vale reconheceu ganhos no montante de R\$ 17.918, na rubrica "Outros itens financeiros, líquidos", devido à reclassificação da variação cambial acumulada no patrimônio líquido em função de (i) redução de capital de subsidiária integral no exterior; e (ii) pela liquidação de subsidiária integral anteriormente operacional na logística internacional de minério de ferro. **Descaracterização de barragens** - A Vale atualizou suas estimativas de gastos para realizar as obras de descaracterização das barragens construídas a montante, localizadas em Brasil, considerando novas soluções de engenharia e geotecnia. Novas abordagens de risco e utilização de equipamentos operados remotamente e reforço nos planos de contenção de certas barragens, resultaram em complemento de provisão de R\$ 9.747 e o impacto no resultado do exercício está apresentado como "Evento Brumadinho e descaracterização de Barragens". **Fundação Renova** - Novas decisões judiciais sobre as indenizações individuais para os moradores das cidades impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão foram emitidas, impactando o provisionamento relacionado à Fundação Renova, em 31 de dezembro de 2021. Essas decisões alteraram e ampliaram principalmente o conceito de dano, categorias, valores indenizáveis e municípios impactados. Assim, a Vale complementou a provisão em R\$ 9.253 e o impacto no resultado do exercício está apresentado como "Resultado de participações e outros resultados em coligadas e joint ventures". **Resgate antecipado de título de dívida** - Em 2021, a Vale resgatou antecipadamente os *bonds* de 3,75% com vencimento em janeiro de 2025, no valor total de R\$ 4.946 (EUR 750 milhões), pagando prêmio de R\$ 354, registrado como "Despesas com resgate de Eurobonds". Os demais pagamentos de dívida realizados no ano foram efetuados de acordo com a tabela de pagamentos definida nos termos de cada empréstimo contratado. **Venda das ações da Mosaic** - Em 2021, a Vale vendeu a totalidade do investimento nas ações da Mosaic pelo montante de R\$ 6.919 e os efeitos dessa transação foram registrados no patrimônio líquido, portanto, não houve impacto no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Venda da participação na VNC** - Em 2021, a Vale concluiu a venda de sua participação na Vale Nouvelle-Calédonie SAS ("VNC") para o consórcio Prony Resources New Caledonia. Com a conclusão dessa transação, a Vale reconheceu um ganho de R\$ 6.391 referente aos ajustes acumulados de conversão que estavam registrados no patrimônio líquido para a demonstração do resultado, na rubrica "Outros itens financeiros, líquidos". **(ii) Dividendos e juros sobre capital próprio deliberados pela Vale** - A movimentação de proventos deliberados e pagos pela Vale, referentes aos exercícios 2021 e 2020, está composta da seguinte forma:

	2021	2020
Saldo Inicial	92.514	89.964
JCP deliberados no exercício	62.540	74.634
IRRF s/ JCP deliberados no exercício	(9.381)	(11.195)
Recebimento de JCP no exercício	(53.159)	(153.403)
Dividendos deliberados no exercício	941.131	105.526
Recebimento de dividendos no exercício	(1.033.645)	(105.526)
Dividendos propostos no exercício	-	92.514
	-	92.514

Em Reunião do Conselho de Administração da Vale realizada em 29 de julho de 2020 foram aprovados (i) o cancelamento da suspensão da política de dividendos da Vale; e (ii) a autorização para efetuar o pagamento dos juros sobre o capital próprio deliberados em 19 de dezembro de 2019, cabendo à Litel o montante de R\$ 89.964, que foram pagos em 7 de agosto de 2020. Em Reunião do Conselho de Administração da Vale realizada em 10 de setembro de 2020 foi aprovada a deliberação de proventos no montante de R\$ 12.350.316, correspondente ao valor total bruto de R\$ 2.407.510.720 por ação ordinária, cabendo à Litel os montantes de R\$ 74.834 a título de juros sobre capital próprio e R\$ 105.526 a título de dividendos, e foram pagos em 30 de setembro de 2020. Em Reunião do Conselho de Administração da Vale realizada em 25 de fevereiro de 2021, foi aprovada a deliberação de proventos no montante de R\$ 21.865.666, correspondente ao valor total bruto de R\$ 4.261.647.219 por ação ordinária, cabendo à Litel os montantes de R\$ 62.540 a título de juros sobre capital próprio e R\$ 256.368 a título de dividendos, dos quais R\$ 92.514 foram reconhecidos contabilmente como dividendos mínimos obrigatórios a receber nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 da Companhia. Os proventos foram pagos pela Vale em 15 de março de 2021. Em Reunião do Conselho de Administração da Vale realizada em 17 de junho de 2021, foi aprovada a deliberação de dividendos no montante de R\$ 11 bilhões, correspondente ao valor total bruto de R\$ 2.177.096 por ação ordinária, cabendo à Litel o montante de R\$ 163.858, que foi pago pela Vale em 30 de junho de 2021. Em reunião do Conselho de Administração da Vale realizada em 16 de setembro de 2021, foi aprovada a deliberação de dividendos no montante de R\$ 40,2 bilhões, correspondente ao valor total bruto de R\$ 8.197.239 por ação ordinária, cabendo à Litel o montante de R\$ 613.419, que foi pago pela Vale em 30 de setembro de 2021. **9 Debêntures** - Em 15 de setembro de 2019, a Companhia realizou a sua primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, no valor total de R\$ 450 milhões, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada. Foram emitidas 450.000 debêntures, cada uma com o valor nominal de R\$ 1.000,00, sendo remuneradas ao custo de 112% do CDI. As debêntures foram reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os saldos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os recursos captados por meio da emissão de debêntures foram utilizados para reforço de caixa da Companhia. Nos termos da cláusula 5.20 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Litel Participações S.A. ("Escritura de Emissão"), a quem o emissor, realizou o Resgate Antecipado Facultativo a qualquer momento, a partir de 15 de outubro de 2020 (inclusive), com relação ao total das Debêntures. Diante disso, na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 18 de março de 2021, foi autorizado o Resgate Antecipado Facultativo das debêntures, mediante o pagamento da totalidade do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da respectiva remuneração, calculado *pro rata temporis* da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, até a data a data de pagamento do resgate, no montante total de R\$ 151.311, acrescido do prêmio aos debenturistas no valor de R\$ 587. **10 Tributos e contribuição a pagar:**

	2021	2020
PIS e COFINS	27	6
Tributos retidos s/ serviços tomados	9	11
Outros tributos a pagar	18	5
	54	22

Para os anos-calendário 2021 e 2020 a Companhia optou pelo regime de lucro real anual. **11 Patrimônio líquido: a. Capital social** - O capital social subscrito e integralizado, que compõe o patrimônio líquido para fins contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é composto por 215.495.403 ações ordinárias, todas sem valor nominal. A participação acionária em 31 de dezembro de 2020 estava assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações	
	ON	%
Fundo de Investimento em Ações Banco do Brasil		
Carteira Ativa	173.737.086	80,62%
Fundo de Investimento em Ações Carteira Ativa II	24.785.349	11,50%
Fundação Petrobrás de Seguridade Social - PETROS	14.951.594	6,94%
Singular Fundo de Investimento em Ações	2.021.031	0,94%
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF	172	<0,00%
Fundação CESP	171	<0,00%
	215.495.403	100,00%

Durante primeiro trimestre de 2021, os fundos exclusivos Fundo de Investimento em Ações Banco do Brasil Carteira Ativa e Fundo de Investimento em Ações Carteira Ativa II transferiram as totalidades de suas ações detidas da Litel aos seus acionistas Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI e Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF, respectivamente. Diante disso, em 31 de dezembro de 2021 a participação acionária está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações	
	ON	%
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI	173.737.086	80,62%
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF	24.785.521	11,50%
Fundação Petrobrás de Seguridade Social - PETROS	14.951.594	6,94%
Singular Fundo de Investimento em Ações	2.021.031	0,94%
Fundação CESP	171	<0,00%
	215.495.403	100,00%

b. Reserva legal - Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite fixado pela legislação societária de 20% do capital social. Seu saldo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$ 4.369. A Companhia deixou de constituir em 2012 a reserva legal por ter atingido os limites legais. **c. Reserva de lucros a realizar** - Constituída em função de lucros existentes economicamente, mas não disponíveis financeiramente, oriundos dos ajustes do investimento pelo método da equivalência patrimonial. Essa reserva, no montante de R\$ 2.389.609 (R\$ 1.321.173 em 2020), poderá ser distribuída como dividendos na medida em que os lucros forem realizados ou tornarem-se financeiramente disponíveis. **d. Reserva especial de dividendos não distribuídos** - Refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios, relativos ao resultado do exercício de 2018 que não foram distribuídos, por ser incompatível com a situação financeira da Companhia, conforme deliberado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2019. Essa reserva, no montante de R\$ 308.162, foi distribuída como dividendos na sua totalidade em 1º de outubro de 2021, conforme descrito na nota explicativa nº 11.h). **e. Ajustes de avaliação patrimonial** - Em atendimento ao CPC 18 (R2) - Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto (IAS 28), a Companhia reconhece de forma reflexa todas as movimentações ocorridas no patrimônio líquido da Vale, classificadas como resultados abrangentes. O movimento reflexo do investimento refere-se aos ganhos e perdas não realizados, decorrentes, basicamente, de ajustes de conversão e de instrumentos financeiros, de obrigações com benefícios de aposentadoria e efeitos derivados do seu programa de recompra de ações. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo é de R\$ 406.196 (R\$ 1.033.094 em 31 de dezembro de 2020). **f. Distribuição de resultados** - Aos acionistas é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com a legislação societária. Os montantes de passivos circulantes correspondentes aos dividendos a pagar representam obrigações da Companhia junto a seus acionistas. A Companhia delibera sobre o pagamento desses passivos com base no fluxo de dividendos que são recebidos da Vale. A administração acredita que os proventos a serem recebidos de Vale no futuro, serão suficientes para quitar os proventos em aberto, além dos dividendos mínimos obrigatórios gerados anualmente. A base de cálculo dos dividendos, bem como as antecipações efetuadas e o valor proposto relativo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é como segue:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	1.941.403	369.396
Efeito reflexo do investimento	(53.117)	-
Base de distribuição de proventos	1.888.286	369.396
Juros sobre capital próprio deliberados em RCA (*)	52.500	24.900
Dividendos intermediários deliberados em RCA (*)	425.838	67.449
Dividendos adicionais propostos	273.292	-
Total proposto	751.630	92.349

Percentual da distribuição proposta em relação ao lucro líquido do exercício **39,80%** **25,00%**
(*) Referem-se à destinação dos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício. **g. Lucro básico por ação** - O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada do total de ações emitidas durante o exercício. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não houve variação na quantidade de ações ordinárias da Companhia.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	1.941.403	369.396
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	215.495	215.495
Lucro básico e diluído por ação - R\$	9,01	1,71

h. Dividendos e juros sobre capital próprio - Em Reunião de Diretoria da Companhia realizada em 10 de agosto de 2020, foi aprovada a autorização do pagamento dos juros sobre o capital próprio deliberados em 27 de dezembro de 2019. Nesse contexto, os acionistas da Companhia receberam o montante de R\$ 6.500 em 13 de agosto de 2020, na proporção da participação societária de cada um. Na Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 30 de setembro de 2020, foi aprovada a deliberação de juros sobre capital próprio no montante total de R\$ 52.500, correspondente a R\$ 0,242696592 por ação ordinária do capital social relativos a reversão da reserva de lucros a realizar, os quais foram pagos aos acionistas em 7 de outubro de 2020. Na Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 30 de dezembro de 2020, foi aprovada a deliberação de juros sobre capital próprio no montante total de R\$ 15.500, correspondente a R\$ 0,071927288 por ação ordinária do capital social relativos a antecipação do resultado do exercício de 2020, que foram pagos em 30 de abril de 2021. Na Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 26 de fevereiro de 2021, foi aprovada a deliberação de juros sobre capital próprio no montante total de R\$ 9.400, correspondente a R\$ 0,0436204 por ação ordinária do capital social relativos a antecipação do resultado do exercício de 2020. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2021, foi aprovada a deliberação de proventos relativos ao exercício de 2020 no montante total de R\$ 160.569, correspondente ao valor bruto de R\$ 0,7451115 e ao valor líquido de R\$ 0,633348 por ação do capital social, sendo: (i) Juros Sobre Capital Próprio no valor de R\$ 15.500, correspondente ao valor bruto de R\$ 0,071927 e ao valor líquido R\$ 0,061138 por ação do capital social, deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de dezembro de 2020 aos acionistas detentores de posição acionária em 06 de janeiro de 2021, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício social de 2020, que foram pagos em 30 de abril de 2021; (ii) Juros Sobre Capital Próprio no valor de R\$ 9.400, correspondente ao valor bruto de R\$ 0,043620 e ao valor líquido R\$ 0,037077 por ação do capital social, deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de fevereiro de 2021 aos acionistas detentores de posição acionária em 03 de março de 2021, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício social de 2020, que foram pagos em 30 de abril de 2021; (iii) Dividendos complementares ao mínimo obrigatório no montante de R\$ 67.449, correspondente ao valor bruto de R\$ 0,312995 por ação do capital social, aos acionistas detentores de posição acionária em 29 de abril de 2021, que foram pagos em 30 de abril de 2021; e (iv) Dividendos adicionais no montante de R\$ 68.220, correspondente ao valor bruto de R\$ 0,316573 por ação do capital social, aos acionistas detentores de posição acionária em 29 de abril de 2021, que foram pagos em 30 de abril de 2021. Na Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 28 de junho de 2021, foi aprovada a deliberação de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 26.000, correspondente a R\$ 0,120652 por ação ordinária do capital social e dividendos no montante de R\$ 138.000, correspondente a R\$ 0,640385 por ação ordinária do capital social, ambos relativos à antecipação do resultado do exercício de 2021, que foram pagos aos acionistas em 2 de julho de 2021. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 1º de outubro de 2021, foi aprovada a deliberação de proventos no montante total de R\$ 613.000, sendo: (i) Reversão de Reserva especial de dividendos não distribuídos no montante de R\$ 308.162, correspondente ao valor bruto de R\$ 1,430017 por cada ação ordinária do capital social da Companhia, que foram pagos aos acionistas em 7 de outubro de 2021; (ii) Dividendos no montante de R\$ 287.838, correspondente ao valor bruto de R\$ 1,335703 por cada ação ordinária do capital social da Companhia, que foram pagos aos acionistas em 7 de outubro de 2021; e (iii) Juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 17.000, correspondente ao valor bruto de R\$ 0,07898793 e ao valor líquido R\$ 0,067054794 por cada ação ordinária do capital social da Companhia, que foram pagos aos acionistas em 7 de outubro de 2021. Na Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 29 de dezembro de 2021, foi aprovada a deliberação de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 9.500, correspondente a R\$ 0,044084 por ação ordinária do capital social, relativos à antecipação do resultado do exercício de 2021. Adicionalmente, a Companhia está propondo a deliberação de dividendos adicionais, no montante de R\$ 273.292, a ser aprovado em assembleia. A movimentação de proventos propostos e pagos pela administração aos acionistas da Companhia referentes aos exercícios de 2021 e 2020 está composta da seguinte forma:

	2021	2020
Saldo Inicial	92.349	6.500
JCP deliberados no exercício	52.500	67.800
Pagamento de JCP no exercício	(67.900)	(58.800)
Dividendos deliberados no exercício	802.220	-
Pagamento de dividendos no exercício	(869.669)	-
Dividendos propostos no exercício	-	67.449
JCP propostos no exercício	-	9.400
	9.500	92.349

12 Despesas administrativas:

	2021	2020
Serviços (consultoria, infraestrutura e outros)	(2.675)	(2.841)
Remuneração de conselheiros e diretores	(346)	(130)
Tributos e Contribuições (*)	(5.854)	(6.930)
Outros	(11)	(5)
	(8.886)	(9.906)

(*) Referem-se, basicamente, ao PIS e COFINS incidentes sobre o montante de JCP deliberado pela Vale.

	2021	2020
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	4.123	4.389
Variações monetárias - créditos fiscais	579	1
	4.702	4.390

Despesas financeiras		
Tributos sobre receitas financeiras	(219)	(252)
Juros s/ debêntures	(644)	(12.761)
Prêmio s/ debêntures	(587)	(375)
Outras despesas financeiras	(109)	(110)
	(1.559)	(13.498)
Resultado financeiro líquido	3.143	(9.108)

14 Reconciliação dos tributos sobre o lucro - Demonstração do resultado:

	2021	2020
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	1.941.403	369.396
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	660.077	125.595
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:	(662.296)	(129.992)
Receita de juros sobre o capital próprio	21.264	25.375
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	(21.046)	(23.051)
Resultado de equivalência patrimonial	(637.322)	(132.488)
Resultado de variação de percentual de participação societária	(25.193)	172
Outros	1	-
Imposto de renda e contribuição social no exercício	(2.219)	(4.397)
Imposto de renda e contribuição social s/ prejuízo fiscal não constituídos	2.219	4.397
Tributos sobre o lucro	-	-

No exercício de 2021, o saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL é de R\$ 19.459, cujo IRPJ e CSLL diferidos totalizam R\$ 6.616 (34% sobre R\$ 19.459) os quais não foram reconhecidos na contabilidade, por não ser possível afirmar se sua realização é, presentemente, considerada provável. Em 31/12/2020 os saldos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL eram de R\$ 12.933, cujo IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos na contabilidade totalizavam R\$ 4.397 (34% sobre R\$ 12.933). **15 Contingências:** A Companhia é parte envolvida em processos cíveis e de outras naturezas. O risco de perda associado a cada processo é avaliado periodicamente pela administração em conjunto com seus consultores jurídicos internos e externos e leva em consideração: (i) histórico de perda envolvendo discussões similares; (ii) entendimentos dos tribunais superiores relacionados a matérias de mesma natureza; e (iii) doutrina e jurisprudência aplicáveis a cada disputa. Com base nessa avaliação, a Companhia constitui provisão para contingência para aqueles processos cuja avaliação de risco é considerada como perda provável. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possui nenhum processo considerado como de perda provável. Os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras, conforme preceitos estabelecidos no CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (IAS 37), Litígios Eletrônicos: Em 26 de setembro de 2018, foi homologado pelo Juízo da 5ª Vara Empresarial o termo de Transação Extintiva de Litígio ("Transação") entre Litel, Bradespar e Elétron, nos autos da Ação de Execução, encerrando todos os três litígios que envolviam as partes (Arbitragem nº 2010.00863 - "Expansão Valepar", Ação de Execução nº 0338801-16.2014.8.19.0001 e Arbitragem nº 2015.00905-3ª Arbitragem) além das ações anulatórias distribuídas por Litel (Ação Anulatória nº 0093326-60.2010.8.19.0001 e Ação Anulatória nº 0495870-19.2011.8.19.0001) e ações anulatórias propostas por Bradespar, assim como todos os recursos e incidentes a elas relacionados. Em contrapartida para o encerramento dos litígios, Litel e Bradespar efetivaram o pagamento na mesma data do valor de R\$ 2.820.000, de forma solidária e na proporção de 50% cada uma em moeda nacional corrente. Extintiva a execução, na forma do art. 924, II, do Código de Processo Civil, Eletrônico conferiu quitação à Litel e à Bradespar, e Litel e Bradespar à Elétron, de forma ampla, geral e irrevogável, em caráter irrevogável e irrevogável, sobre todas e quaisquer divergências existentes e que possam existir relativos aos eventos ocorridos por força dos fatos objeto das ações judiciais e arbitrais, bem como sobre quaisquer fatos acerca da sua participação na Valepar e das obrigações constantes do Acordo de Acionistas Valepar. Em novembro de 2018, Litel propôs ação em face de Bradespar e Bradesplan pleiteando o ressarcimento dos valores desembolsados no âmbito da Transação (acima definida). Tal processo tramita em segredo de justiça e é classificado como chance de êxito possível pelos advogados que patrocinam a causa. Em resposta, Bradespar e Bradesplan apresentaram em março de 2019 a contestação e reconvenção. Na reconvenção, Bradespar e Bradesplan pleiteiam uma indenização equivalente a R\$ 705.000, a qual é classificada como chance de perda possível pelos advogados que patrocinam a causa. A Companhia, na sequência, apresentou sua réplica e resposta à reconvenção. Em dezembro de 2019, o juízo de primeira instância proferiu sentença julgando improcedente o pedido da Litel e parcialmente procedente o pedido reconvenção de Bradespar e Bradesplan para condenar a Litel ao pagamento de R\$ 470.094. Os assessores jurídicos da Litel apresentaram Recurso de Apelação em junho de 2020, visando a reforma da sentença. Em janeiro de 2021, a Décima Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, por unanimidade, deu provimento ao Recurso de Apelação, reformando integralmente a decisão de primeiro grau para condenar a Bradespar ao pagamento do valor de R\$ 1.410.000. Foi ainda julgada improcedente a reconvenção apresentada pela Bradespar contra a Litel. Contra o acórdão que julgou a apelação da Litel, Bradespar e Nova Paiol (novo nome da Bradesplan) opuseram embargos de declaração, os quais foram respondidos pela Litel. Em agosto de 2021, a turma julgadora, por unanimidade de votos, acolheu parcialmente os embargos de declaração apenas para reduzir o valor dos honorários sucumbenciais de 10% para 2% sobre o valor da condenação da ação principal e sobre o valor da reconvenção. Em seguida, Bradespar, Nova Paiol e Litel interpuseram recurso especial. Os autos foram remetidos para a 3ª Vice-Presidência e as partes intimadas para apresentar contrarrazões. Em 19 de outubro de 2021, a Litel protocolou suas contrarrazões ao recurso especial da Bradespar e Nova Paiol e, atualmente, aguarda o julgamento do recurso especial. **16 Partes relacionadas e remuneração dos administradores:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não tem quaisquer saldos e/ou transações inseridas ou não inseridas no seu contexto operacional com partes relacionadas, exceto os depósitos bancários e as aplicações detidas junto ao Banco do Brasil, conforme demonstrado na nota explicativa nº 5, bem como não possui qualquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores, clientes ou financiadores com os quais a Companhia mantém uma relação comercial. Conforme deliberação ocorrida na Reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de maio de 2021, cada membro da diretoria da Companhia faz jus à remuneração mensal de R\$ 6.000, total pago em 2021 foi de R\$ 144 (R\$ 41 em 31 de dezembro de 2020). O Conselho de Administração da Companhia faz jus à remuneração mensal de R\$ 10 para cada membro, conforme deliberação ocorrida na Reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de maio de 2021. O total pago em 2021 foi de R\$ 202 (R\$ 66em 2020). Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de R\$ 9.500 (R\$ 92.349 em 2020), relativo ao passivo com partes relacionadas refere-se a dividendos e juros sobre capital próprio a pagar aos seus acionistas, que poderão ser quitados quando do recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio a receber. **17 Eventos subsequentes: Deliberação de proventos da Vale** - Em Reunião do Conselho de Administração da Vale realizada em 24 de fevereiro de 2022, foi aprovada a deliberação de proventos no montante de R\$ 17.849.000, correspondente ao valor total bruto de R\$ 3.701.840 por ação ordinária, cabendo à Litel o montante de R\$ 278.321 a título de dividendos, que foram pagos em 16 de março de 2022. **Deliberação de proventos da Litel** - A Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 17 de março de 2022, deliberou: (i) aprovação, a título de antecipação dos resultados do exercício de 2021, da distribuição de Dividendos Adicionais no montante de R\$ 273.292, correspondente ao valor bruto de R\$ 1,268205544 por cada ação ordinária do capital social, aos acionistas detentores de ações ordinárias em 22 de março de 2022. O pagamento do dividendo adicional ora deliberado será realizado pela Companhia diretamente aos acionistas no dia 24 de março de 2022; e, (ii) autorização do pagamento dos Juros o Capital Próprio ("JCP") aprovados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de dezembro de 2022 no valor R\$ 9.500 correspondente ao valor bruto de R\$ 0,04408467 e ao valor líquido R\$ 0,037471796 por cada ação ordinária do capital social, aos acionistas detentores de ações ordinárias em 04 de janeiro de 2022. O pagamento do referido JCP será realizado pela Companhia diretamente aos acionistas no dia 24 de março de 2022.

Carlos Eduardo Reich de Sampaio
Diretor Presidente e de Relação com Investidores
Marcelle Santos de Vasconcellos - Diretora sem designação específica
Flávio Freitas Thomaz Pereira - Contador CRC RJ 081603/O-0

LITEL PARTICIPAÇÕES S.A.
Companhia Aberta - CNPJ: 00.743.065/0001-27

Os

Litel Participações S.A.

CNPJ nº 00.743.065/0001-27

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Litel Participações S.A.. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Litel Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Litel Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria: Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Nossa auditoria foi planejada e executada considerando as operações e transações da Companhia ocorridas em 2021. Nesse contexto, o Principal Assunto de Auditoria e nossa respectiva abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente consistentes àqueles do ano anterior.

Porque é um PAA: Investimento em coligada – Vale S.A. ("Vale") – (Nota explicativa 8): O investimento na Vale representa parte substancial dos ativos da Companhia, registrado na rubrica "Investimento em coligada" e contabilizado por equivalência patrimonial. A Vale é uma sociedade anônima de capital aberto, produtora global de minério de ferro e pelotas, dentre outros recursos minerais. Em razão do rompimento da barragem de Brumadinho, ocorrida em 25 de janeiro de 2019, a Vale ainda mantém registradas em seu balanço provisões para descaracterização de barragens, acordos firmados e indenizações. Essas provisões são reavaliadas pela Vale quando necessário em razão de novas informações e circunstâncias. Em 31 de dezembro de 2021, o valor de adições nessas provisões impactou o resultado da Vale no montante de R\$ 14.379 mil. Devido à natureza das incertezas quanto à mensuração dos impactos contábeis inerentes a esse tipo de evento, os valores reconhecidos e divulgados deverão ser revistos e poderão vir a ser ajustados de forma significativa em períodos futuros, à medida que novos fatos e circunstâncias sejam conhecidos. Adicionalmente, as demonstrações financeiras da Vale apresentam outras estimativas contábeis significativas que requerem elevado nível de julgamento para mensuração e registro das transações e saldos contábeis, dentre elas provisões para contingências tributárias. Em função do exposto acima sobre o investimento na Vale, esse assunto foi considerado como foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, testes sobre a apuração da equivalência patrimonial sobre o investimento na Vale. Os procedimentos de auditoria envolveram, adicionalmente, a consideração dos trabalhos executados e conclusões dos auditores independentes da Vale quanto à razoabilidade das premissas e metodologia aplicadas pela administração. Também, efetuamos leitura das divulgações nas demonstrações financeiras da Companhia, à luz dos requisitos contábeis. Consideramos que as divulgações efetuadas são consistentes com as informações obtidas em nossos trabalhos. **Outros assuntos: Demonstração do Valor Adicionado - A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.** Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou

de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da coligada para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essa investida e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Companhia. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 30 de março de 2022. **PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes Ltda.** - CRC 2SP000160/O-5. Patrício Marques Roche - Contador CRC 1RJ081115/O-4.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>